



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**ESCOLA JUDICIAL**

EDITAL EJUD16 Nº. 001, de 8 de janeiro de 2020.

A DESEMBARGADORA DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, e em atendimento ao art. 11, caput e § 2º da Resolução Administrativa n.º. 100/2009, com a redação dada pela Resolução Administrativa nº 194/2019, resolve:

Art. 1º - Instituir processo seletivo interno para a escolha: a) do representante dos magistrados de primeiro grau e b) do representante do quadro permanente dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região que comporão o Conselho Consultivo da Escola Judicial, conforme estabelece o art. 11 da RA n.º 100/2009, de 25 de maio de 2009.

Art. 2º - Somente poderão participar do processo seletivo os magistrados de primeiro grau e servidores em efetivo exercício no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Art. 3º - O período de inscrição será de 09/01 a 23/01/2020. O interessado deverá encaminhar a ficha de inscrição constante do Anexo 1 deste edital para o e-mail [escolajudicial@trt16.jus.br](mailto:escolajudicial@trt16.jus.br), com o assunto: "Inscrição no Conselho Consultivo", acompanhada de currículo.

Art.4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I – assessorar a Diretoria da Escola Judicial na elaboração de seu plano anual de atividades e na estimativa dos recursos necessários à sua implementação;

II – manifestar-se, conclusivamente, sobre:

a) a programação anual das atividades pedagógicas da Escola, tendo em vista, dentre outros fatores, as sugestões dos magistrados e servidores, o levantamento das necessidades educacionais nas áreas fim e meio, para melhor desempenho organizacional.

b) celebração de convênios e intercâmbios com outras instituições de ensino ou entidades congêneres nacionais ou internacionais.

c) concessão de licença para participação de magistrados e servidores em curso, seminário, congresso ou atividade similar, que dependa de autorização do Tribunal;

d) conteúdo programático de cursos de aperfeiçoamento de estudos jurídicos realizado por magistrados e servidores com afastamento de suas atividades, dizendo se há pertinência com áreas de interesse do Tribunal;

e) outras matérias julgadas relevantes pela Diretoria da Escola ou pelo próprio Conselho.

III – manifestar-se fundamentadamente sobre processo de vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto;

IV – estipular normas para a edição da Revista do Tribunal e selecionar as matérias que serão publicadas;

V – julgar recursos contra atos da Diretoria.

VI – deliberar sobre o Estatuto da Escola.

Art. 5º - Os magistrados e servidores lotados nas Varas do interior do Estado poderão concorrer às vagas constantes deste edital, os quais receberão diárias para cobertura com gastos de deslocamento para participação das reuniões a serem agendadas, observados os requisitos para a concessão de diárias, nos termos da Resolução CSJT nº 124/2013.

Art.6º - Após o período de inscrição, a relação dos interessados e seus currículos serão submetidos à Desembargadora Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, para a escolha e nomeação, conforme estabelecido no art. 11, §2º da Resolução Administrativa nº 100/2009, com a redação dada pela Resolução Administrativa nº 194/2019.

Art. 7º - O mandato do representante dos magistrados de primeiro grau e o dos servidores no Conselho Consultivo coincidirá com o da atual Administração, findando-se em dezembro de 2021.

Art. 8º - Encerrado o prazo referido no art. 3º deste Edital, a Diretoria da Escola examinará os pedidos de inscrição e desclassificará o interessado que:

I - não tenha observado a forma e o prazo previsto no art. 3º deste Edital;

II – enquadre-se em uma das seguintes hipóteses:

a - esteja indiciado em processo administrativo disciplinar;

b- tenha sido punido com suspensão, nos termos do art. 127 da Lei n.º 8.112/90, e enquanto não houver transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos de cumprimento da penalidade, tal como especificado no art. 131, da Lei n.º 8.112/90;

c- tenha sido nomeado em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado;

d- que não pertença ao quadro permanente de pessoal do TRT 16ª Região;

e - esteja submetido às restrições previstas em edital que tenha estabelecido regras específicas para o processo seletivo

III - tenha efetuado mais de uma inscrição;

IV - tenha solicitado inscrição por meio de formulário com dados incompletos ou em branco.

Art. 9º- As informações constantes do inciso II do art.8º serão certificadas pela Coordenação de Gestão de Pessoas antes de serem submetidas à Desembargadora Diretora da Escola Judicial.

Art. 10 - O Ato de nomeação do representante dos magistrados de primeiro grau e o dos servidores no Conselho Consultivo será publicado no Boletim Interno Eletrônico, disponível na página do TRT 16ª Região.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região.

São Luis, 08 de janeiro de 2020



**ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO**  
Desembargadora Federal do Trabalho  
Diretora da Escola Judicial - TRT/16ª Região



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**ESCOLA JUDICIAL**

**ANEXO 1**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO**

NOME: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

UNIDADE DE LOTAÇÃO: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA: \_\_\_\_\_

DATA DA POSSE NO TRT \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

TELEFONES DE CONTATO:

Trabalho - \_\_\_\_\_

Celular - \_\_\_\_\_

Pelo presente, declaro que estou ciente das atribuições do Conselho Consultivo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no qual tenho interesse em figurar como representante dos magistrados de primeiro grau / dos servidores do quadro permanente do Tribunal, para cumprimento de mandato até dezembro de 2021.

Declaro, ainda, que tenho disponibilidade em participar das reuniões promovidas pelo Conselho Consultivo da Escola Judicial, quer sejam em caráter extraordinários ou bimestralmente, conforme estabelecido no art. 13 da Resolução Administrativa n.º 100/2009, estando minha chefia ciente e de acordo com a liberação para cumprimento do disposto no citado artigo.

Por fim, declaro que estou ciente das normas estabelecidas no Edital EJUD16 n.º 0001/2020.

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Ciente da chefia (somente para o representante dos servidores)

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo